



Simbiótica. Revista Eletrônica
ISSN: 2316-1620
revistasimbiotica@gmail.com
Universidade Federal do Espírito Santo
Brasil

A sociologia brasileira e o debate sobre o “fim das classes”

de Oliveira Santos, Breno Augusto

A sociologia brasileira e o debate sobre o “fim das classes”

Simbiótica. Revista Eletrônica, vol. 6, núm. 2, 2019

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=575962175014>

UFES



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional.

A sociologia brasileira e o debate sobre o “fim das classes”

Brazilian sociology and the debate about the “end of classes”

La sociología brasileña y el debate sobre el “fin de las clases”

Breno Augusto de Oliveira Santos

UNICAMP, Brasil

brenox4@yahoo.com.br

Redalyc: [https://www.redalyc.org/articulo.oa?](https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=575962175014)

id=575962175014

RESUMEN:

Este artículo tiene por objetivo indicar las influencias de las tesis estadounidense y europea que ampliaron o negaron el concepto de clases sociales de Karl Marx sobre la producción sociológica brasileña a partir de los años 1980. Partiendo de la constatación de que las principales transformaciones ocurridas en el ámbito de la producción Industrial y de los procesos sociopolíticos en Europa, Estados Unidos y Japón, es decir, la reestructuración productiva, la crisis del petróleo, la constitución del neoliberalismo, el fin de la guerra fría y la desagregación del bloque socialista del este europeo, han tenido resonancia en los debates sociológicos de entonces y de las décadas subsiguientes, nos proponemos examinar cómo el concepto de clase social fue repensado, revisado y/o redimensionado entre científicos sociales brasileños.

PALABRAS CLAVE: Marxismo, Clases Sociales, Reestructuración Productiva.

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo indicar as influências das teses estadunidense e europeia que ampliaram/ou negaram o conceito de classes sociais de Karl Marx sobre a produção sociológica brasileira a partir dos anos 1980. Partindo da constatação de que as principais transformações ocorridas no âmbito da produção industrial e dos processos sociopolíticos na Europa, Estados Unidos e Japão – ou seja, a reestruturação produtiva, a crise do petróleo, a constituição do neoliberalismo, o fim da Guerra Fria e a desagregação do bloco socialista do Leste Europeu – tiveram ressonância nos debates sociológicos de então e das décadas subsequentes, objetiva-se examinar o modo com que o conceito de classe social foi repensado, revisado e/ou redimensionado entre cientistas sociais brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Marxismo, Classes Sociais, Reestruturação Produtiva.

ABSTRACT:

This article aims at showing the influence of the American and European theses which expanded/or denied Karl Max concept of social class on the Brazilian sociological production since 1980. The starting point is the fact that major changes occurred in the scope of industrial production and sociopolitical processes in Europe, USA and Japan – namely the productive restructuring, the oil crisis, the constitution of neoliberalism, the end of the Cold War and the disintegration of the socialist bloc in Eastern Europe. Those changes had resonances in sociological debates at that time and at following decades. We aimed to examine how the concept of social class has been rethought, revised and/or resized between Brazilian social scientists.

KEYWORDS: Marxism, Social Class, Productive Restructuring.

A SOCIOLOGIA BRASILEIRA E O DEBATE SOBRE O “FIM DAS CLASSES”

O contexto internacional

Este artigo parte de uma questão em evidência na Europa e nos Estados Unidos a partir, sobretudo, da década de 1970, qual seja: a real relevância da categoria de classes sociais para a compreensão da realidade social. O corte temporal encontra justificativa nas importantes transformações socioeconômicas e políticas desse período, pois, se é verdade que já havia certa desconfiança com relação ao papel histórico da classe operária em décadas anteriores, é no contexto da reestruturação produtiva, da ascensão do ideário e políticas neoliberais e da queda do assim chamado socialismo real que a concepção de classe passou por um importante processo de revisão conceitual.

Foi entre os anos de 1970 e de 1980 que as noções de sociedade pós-industrial, pósmaterialista, de consumo ou informacional ganharam destaque[1]. Fundamentando-se na crítica ao paradigma produtivo, por exemplo, Daniel Bell (1977), André Gorz (1982), Alain Touraine (1989), Adam Shaff (1990), Claus Offe (1995) e Ulrich Beck (2011) diagnosticaram a necessidade de superação do conceito de classe social conforme formulado pela teoria marxista. Segundo esses autores, a classe social teria sofrido o impacto da fragmentação e da 246 heterogeneização profissional, afetando diretamente a relação entre a condição de classe e a ação política coletiva.

No contexto de críticas à teoria marxista, a sociologia brasileira absorveu tanto as teses que fundamentaram a insuficiência do conceito de classe social como elemento explicativo da sociedade contemporânea, quanto as que, em sentido contrário, lançaram as bases para a ampliação de tal conceito. Assim, enquanto, de um lado, dava-se "adeus à classe trabalhadora", procurava-se, por outro, aprimorar o conceito, elaborando-o não apenas em pressupostos econômicos, mas também em uma perspectiva de conteúdo cultural, político e ideológico.

Face às transformações sociais vivenciadas pelos países de economia avançada, autores como Bell, Offe, Gorz, Touraine, Shaff e Ulrich Beck, apontaram a insuficiência do modelo de uma sociedade dividida em classes sociais, isto é, pautada no antagonismo burguesia versus proletariado, como fundamento das sociedades contemporâneas. Segundo

Claus Offe (1995), a sociedade centrada na categoria trabalho, movida por sua racionalidade e abalada pelos conflitos trabalhistas, teria sido o foco da produção teórica de Marx, Weber e Durkheim. No entanto, as transformações estruturais ocorridas nos anos 1970 teriam tornado a categoria classe social insuficiente para entender sociedades tão heterogêneas como as atuais. A sociedade industrial, para Offe, estaria ultrapassada e "[...] a consciência social não deve[ria] mais ser reconstruída como consciência de classe". A "cultura cognitiva" não estaria mais relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas e os problemas centrais dessa sociedade não poderiam mais ser respondidos "com base na escassez e na produção de mercadorias". Seria necessário, então, "um sistema conceitual que ajuda[sse] a planejar detalhadamente as áreas da realidade social não inteiramente determinadas pelas esferas do trabalho e da produção" (OFFE, 1995, p. 194).

Para André Gorz (1982), com as mudanças proporcionadas pela reestruturação produtiva, a classe operária tenderia ao desaparecimento. Em lugar do trabalhador coletivo produtivo nasceria "uma não-classe de não-trabalhadores que prefiguram, no interior mesmo da sociedade existente, uma não-sociedade na qual as classes seriam abolidas juntamente com o próprio trabalho e com todas as formas de dominação" (GORZ, 1982, p. 87). De acordo com Gorz, as transformações que ocorriam na sociedade não poderiam ser atribuídas apenas 247 às mudanças tecnológicas, mas também ao desenvolvimento da racionalidade econômica, à heterogeneidade profissional e à incapacidade de gestão da classe operária para superar o capitalismo.

Em sentido semelhante, Adam Shaff (1990) afirmava que a substituição gradual da força de trabalho humana pela tecnologia de automatização, suscitada pelo desenvolvimento industrial, levaria ao desaparecimento da "classe trabalhadora", modificando, assim, estruturalmente a ideia que possuímos da realidade social. A sociedade informatizada substituiria gradativamente a sociedade industrial e, por isso, os prognósticos na estrutura de classes dessa nova sociedade dependeriam de uma análise do futuro do trabalho assalariado e das possíveis e diversas formas de ocupação.

Tanto para André Gorz como para Adam Shaff, as mudanças na estrutura social não implicariam somente o desaparecimento da classe operária, mas haveria também, uma profunda metamorfose das relações sociais, políticas e culturais. Concomitantemente, com o

desaparecimento do protagonismo operário na cena política, desapareceria o protagonismo dos movimentos sociais clássicos (movimento operário, sindicatos e partidos), os quais, segundo Touraine (1989), seriam substituídos por novos movimentos sociais (movimento de defesa do meio ambiente, LGBT, feminismo, entre outros).

De acordo com Touraine, a sociedade avançava para uma realidade pós-industrial, ou seja, para uma sociedade de massas, em que “os conflitos de classes não representa[riam] mais os instrumentos de mudanças históricas” (TOURAINÉ, 1989 p. 15). A perda do protagonismo operário e a presença dos novos movimentos sociais levaram Touraine e outros pensadores a considerarem que a capacidade explicativa do conceito de classe social estaria esgotada, abrindo o caminho para as teses do pós-industrialismo (FREIRE, 2001).

As teses que apontaram para o desenvolvimento de uma sociedade pós-industrial pautavam-se na ideia de que estava em curso uma transição da sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial, resultante de uma revolução, denominada por Daniel Bell (1977), como a “Revolução dos Serviços”. De acordo com Bell, a sociedade pós-industrial tinha como base os “serviços”, o que implicaria a diminuição da classe de operários manuais e não qualificados. Essa nova sociedade seria caracterizada pela passagem de uma economia fundada na produção de bens para uma economia em que a prestação de serviços ganharia espaço produtivo, substituindo, assim, a sociedade anterior. Para esse autor, o advento da sociedade pós-industrial redundaria na inexpressividade crescente da classe operária e, por conseguinte, da categoria trabalho. Outrossim, o conceito de classes sociais deixaria de ser central para a sociedade contemporânea.

Do mesmo modo, Ulrich Beck (2011) indicou que o modelo teórico, baseado em noções como classes sociais e sociedade industrial, tornava-se também insuficiente para os novos desafios que se apresentam para a sociedade de nossos tempos, ou seja, os riscos ambientais, químicos, nucleares, genéticos e econômicos afetariam significativamente a “vida pessoal” e, dessa forma, seria necessária uma abordagem ampla para compreender esses desafios. Além disso, a estrutura de classes, indicada por Marx e Weber, modificou-se na segunda metade do século XX, com a elevação da renda, expansão do sistema educacional, melhoria no padrão de vida e a heterogeneização profissional, acentuando um processo de individualização. De acordo com o autor, as condições atuais dos trabalhadores encontram-se diferentes daquelas que o próprio Marx tratava no século XIX, resultado de um processo de luta por direitos trabalhistas e a presença de um Estado de Bem-Estar Social. Dessa forma, esse mesmo Estado de Bem-Estar promoveu uma “individualização das classes sociais” (2011, p. 122)[2], mas que não suprimiu as desigualdades indicadas pelo pensador alemão.

Assim, Beck afirma que:

Aquilo que, ontem como hoje, individualizou as classes pode converter-se ainda, amanhã ou depois de amanhã, sob outras condições – talvez a radicalização das desigualdades (desemprego massivo, ganhos desproporcionais dos empregadores com a automação) – em “processos de formação de classes” com um novo formato, que pressupunham a individualização já alcançada, mas que já não sejam compreensíveis em termos tradicionais (2011, p. 125).

De outro modo, Pierre Bourdieu (1989, 2003, 2007) desenvolveu tese crítica em relação ao conceito de classes sociais tratado pelo marxismo. O autor baseava-se no pressuposto de que o conceito de classe social marxista tinha uma base economicista, sobretudo, porque predominava entre uma concepção de classe fundamentalmente colocada em uma posição estrutural (WACQUANT, 2013). Para Bourdieu, contrariamente, as classes sociais seriam constructos teóricos que procuram identificar as ações entre os agentes, em especial em relação ao capital econômico e cultural que possuem (SALLUM Jr., 2005). De acordo com Bourdieu, a classe não poderia ser definida pela propriedade ou por uma cadeia de propriedades determinada pela posição nas relações de produção, mas pela “[...] estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que conferem seu valor próprio e seus efeitos sobre as práticas” (BOURDIEU, 2007, p. 101). Ao contrário do determinismo econômico, presente no marxismo ortodoxo, seria a dimensão cultural que passaria a ser a parte essencial nas relações entre as classes sociais, tal como o capital cultural e o “habitus”[3]. Para Bourdieu (2003), os conceitos de capital cultural e habitus possibilitariam superar a análise marxista das classes sociais, a qual se assenta, segundo ele, apenas em dados empíricos e nas relações de produção. Lograva-se, assim, ultrapassar seus limites, “(...) que só conhece a economia no sentido restrito da economia capitalista e que explica tudo pela economia assim definida” (BOURDIEU, 2003, p. 29).

Em contrapartida, Nicos Poulantzas (1975) e Erik Olin Wright (1979) produziram teses que contribuíram para a ampliação do conceito marxista de classes sociais. Wright indicou as possibilidades e, ao mesmo tempo, a incompletude da teoria das classes sociais de Marx para a compreensão da sociedade contemporânea e, nesse sentido, complementou sua interpretação com a teoria da estratificação social de Max Weber (QUEIROZ, 2005). Por seu turno, Poulantzas (1975) abriu novos caminhos para a compreensão e posicionamento das classes sociais, identificando os indivíduos em relação às suas profissões dentro da estrutura de classes[4]. Em sua definição, a sociedade dividida em classes sociais estaria dividida em burguesia e proletariado, aos quais, com as novas profissões, se juntaria à nova pequena burguesia. Wright (1979), por sua vez, considerou que as novas profissões criadas na sociedade contemporânea não indicavam posições definidas de classes, mas antes “situações contraditórias de classe”. Sua contribuição partilha dos conceitos de “exploração” e “classes sociais” de Marx, somado ao papel concorrencial de Max Weber para analisar as novas categorias socioprofissionais (ESTANQUE, 2012)[5]. Segundo Wright, as situações de classe podem ser consideradas entre: aqueles que exploram (burguesia), os explorados (proletariado) e aqueles que se encontram entre as duas situações – exploram e ao mesmo tempo são explorados[6].

Concomitantemente, o historiador inglês, E. P. Thompson (1987) contribuiu, do mesmo modo, para ampliar o conceito marxista de classes, a partir de conceitos como experiência e formação[7]. Segundo o autor, a configuração das classes sociais não poderia ser vista apenas a partir da estrutura social, mas antes como processos históricos e práticas sociais nos contextos culturais de classe, de sociabilidade, experiências e lutas vividas. Nesse sentido, para Thompson, haveria um conjunto de variantes sociais que contribuiriam para a formação da classe, sobretudo quando analisado no contexto do trabalho e em suas formas de resistência, aspectos estes que, por sua vez, seriam decisivos na formação da classe e de sua consciência (SILVA, 2009). O conceito de “formação”, para o autor, seria o fazer-se da classe, não somente como um fato tanto da economia, mas também da política e da cultura. A classe, então, “[...] acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra

outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.” (THOMPSON, 1987, p. 10). A classe, desse ponto de vista, deve ser entendida em sua formação social e cultural, determinada a partir de processos que podem ser estudados em contextos históricos específicos. Segundo Thompson, o conceito de classe é definido como:

[...] um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (THOMPSON, 1987, p. 09).

Thompson, que contribuiu de forma significativa para os estudos sobre as lutas populares, suas experiências e formação de classe, ressignificou as novas formas de luta política, em especial ao que se refere aos movimentos sociais. De acordo com Klaus Eder

(2002), sua principal contribuição foi construir a noção de “autoconstrução de classe”; porém reduzia a classe em representações coletivas, perdendo, dessa forma, seu caráter estrutural. Para Eder, o discurso sobre a crise da noção de classe e de seu papel na luta política na sociedade “moderna” conduziu às interpretações sobre o fim da política de classes, ou seja, 251 um “argumento de que as classes não são mais (se é que foram algum dia) atores políticos, mas também de que as classes desapareceram como um princípio organizador da vida estrutural” (2002, p. 300). Esse argumento, de acordo o autor, foi para provar que viveríamos numa sociedade sem classes. Portanto, haveria uma produção de um certo discurso, crítico ao modelo tradicional de classes, desconsiderando sua importância conceitual e sua ligação com as novas formas de ação coletiva.

Em vista disso, embora o breve esboço realizado acima não esgote o debate, ele dimensiona, em alguma medida, as consequências de seu desdobramento para a teoria social – consequências estas sentidas ainda hoje. Face a isso, procura-se avaliar a recepção e o posicionamento da sociologia brasileira frente a esse debate,

condicionado, em grande parte, a uma realidade sócio-histórica distinta da brasileira do início da década de 1980, momento em que o conceito de classe social começa a ser questionado no Brasil.

O debate sobre as classes sociais no Brasil

A década de 1980 foi um período politicamente intenso para a sociedade brasileira, na medida em que se apresentou como momento de transição política depois de quase duas décadas de controle autoritário do Estado brasileiro pelos militares e, também, de crescimento das formas de contestações sociais de orientação nacional popular (SANTANA, 2007).

Desde o fim da década de 1970, o movimento operário e sindical brasileiro experimentou um momento marcante para a sua história com as greves no ABC paulista, tornando-se o protagonista político do Brasil, cuja ação se desenrolava no maior ciclo grevista do mundo (SOUZA; TRÓPIA, 2012). Enquanto o processo de reestruturação produtiva nos Estados Unidos e na Europa Ocidental teve forte impacto nas organizações dos trabalhadores, provocando a redução do número de greves e dos índices de sindicalização, o cenário brasileiro apresentou-se diverso, sobretudo se considerarmos acontecimentos como o nascimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da CONCLAT, futura CGT, e do Partido dos Trabalhadores (PT), colaborando, por exemplo, para o aumento significativo do índice de sindicalização e do movimento grevista na década de 1980 (ANTUNES, 2008;

AMORIM, 2012). Segundo Bertonecelo, a “[...] formação das centrais sindicais refletiu o maior espaço do sindicalismo e dos trabalhadores na cena pública e lhes proporcionou maior capacidade organizativa” (BERTONCELO, 2007, p. 73).

Contudo, foi nesse período de protagonismo da classe operária e dos movimentos 252 sociais organizados e vinculados à classe trabalhadora que o conceito de novos movimentos sociais passou a ser incorporado à teoria social brasileira. Nesse ínterim, a tese que estruturara a ideia de classes fundamentais (burguesia versus proletariado) acabou por ser substituída pelas teses dos novos sujeitos que constituiriam as classes populares. Segundo Sader (1988), os novos sujeitos seriam reconhecidos numa nova configuração, não como classe operária, mas como classes populares, cujas lutas não se encontrariam no âmbito das relações de trabalho, mas nas relações do cotidiano para além da produção e circulação de mercadorias.

Ele articula que os novos sujeitos (presentes nos movimentos sociais) expressariam sua coletividade e identidade e, ao mesmo tempo, seus interesses e lutas em lugares políticos novos, a partir da experiência do cotidiano e numa nova prática, baseada na criação de direitos e consciência de interesses coletivos.

Foi no contexto sociopolítico da década de 1980, de acordo Sader e Paoli (1986), que ocorrera uma mudança significativa entre as análises sobre as classes: ao invés do uso rigoroso desse conceito, o termo “classes populares” passou a ser utilizado pela teoria social brasileira, pois a ideia que cerca os estudos sobre os movimentos sociais apontaria mais para a heterogeneidade do que para a homogeneidade, ao contrário das análises tradicionais sobre classe social. Segundo os autores, “[...] os pesquisadores dos anos 80 estariam construindo uma imagem de classe múltipla e diferenciada que, no entanto, se articulava através da noção de enfrentamento coletivo com um poder que também não é único” (SADER; PAOLI, 1986, p. 61).

As perspectivas analíticas daquele contexto tenderam, por um lado, a ampliar o protagonismo de classe, para além do operariado, mas, por outro, a produzir críticas à teoria marxista, especialmente, ao marxismo ortodoxo. Sendo assim, alguns autores sugeriram que o modelo clássico em Marx não era mais suficiente para explicar a sociedade e os movimentos sociais clássicos (Partidos e Sindicatos) estariam com sua linguagem defasada e, ainda, que sua ação política não representaria mais os anseios sociais, cujo papel agora passaria a ser representado pelos “novos movimentos sociais” (CITTADINO, 1988). Para Cittadino, a matriz marxista apresentava-se insuficiente para se pensar a ação política daquela década, haja vista que vinculava todas as esferas da sociedade à economia. Segundo a autora:

Com efeito, no marxismo, a economia, enquanto sistema de relações abstratas e quantificáveis que, a partir de um determinado tipo de apropriação de recursos produtivos, determina a troca e a repartição de valores, passa a ser erigida em sistema autônomo cujo funcionamento é regido por leis próprias, independentes de

outras relações sociais (1988, p. 55). 253

Para a autora, o marxismo ortodoxo (economicista) era incapaz de interpretar a ação política e autônoma dos “novos movimentos sociais”, o que a tornou incompatível para compreender a sociedade contemporânea, pois a interpretação marxista decorreria da ideia de que o desenvolvimento das forças produtivas se transformaria em motor da história, como um

“devir” do processo real sócio-histórico e, determinada em última instância, pela economia.

Crítica, portanto, endereçada ao determinismo econômico de parte do marxismo.

Todavia, foi nesse contexto que as teses de E. P. Thompson foram acolhidas com grande atenção pela teoria social brasileira. Por exemplo, o conceito de experiência de Thompson parece integrar em parte as teses sobre os movimentos sociais (SADER, 1988; MARTINS, 1989) e de estudos sobre a classe trabalhadora (GUIMARÃES e CASTRO, 1988; LARA e ARAÚJO, 1987; GUIMARÃES, 1987; LOBO, 1989).

Diversos artigos produzidos na década de 1980, não somente pela História ou pela Sociologia, mas também por outros campos das ciências humanas brasileiras, assimilaram os conceitos thompsonianos, procurando, por um lado, ampliar o conceito de classes sociais e, por outro, indicar a necessidade de substituição do protagonismo da classe operária pelo protagonismo dos novos atores sociais por meio, sobretudo, do conceito de experiência popular. Além de conceitos thompsonianos, outros autores foram incorporados pela sociologia brasileira para interpretar os movimentos sociais daquele contexto, tais como Jürgen Habermas, Claus Offe, Alain Touraine, Manuel Castells, entre outros, cujas teorias procuraram relativizar o conceito de classes sociais ao enfatizarem o surgimento e a importância do fenômeno dos novos movimentos e/ou atores sociais. Manuel Castells, por meio das noções de espaço urbano e heterogeneidade das classes sociais, foi um autor cujas ideias tiveram forte influência no Brasil naquela década e serviram como base teórica para as teses dos movimentos sociais urbanos, assentadas nas contradições citadinas e relacionadas às lutas pela distribuição de bens coletivos.

A partir dessa base teórica, buscava-se compreender os movimentos sociais não mais em torno da luta de classes, mas somente na dimensão das relações político-institucionais. Compreende-se, dessa forma, que os movimentos sociais seriam compostos por um conjunto de “atores sociais” com origens e práticas políticas diferenciadas (JACOBI, 1989). De acordo com Jacobi, os “atores” seriam portadores de ação coletiva e se estruturam a partir de relações constitutivas no caráter sociopolítico configurado pela referência estatal, ou seja, em relação com outros atores sociais e condições de vida.

Assim, os movimentos sociais que seriam constituídos pelas chamadas “classes populares” e com sua característica interclassista contribuiriam para o processo de democratização. Esses movimentos foram compostos por “atores sociais” de diversas categorias, destacam-se pelas origens e práticas políticas diferenciadas e concepções distintas. Esses movimentos, segundo Jacobi (1988), funcionariam como vetores de ampliação das relações democráticas, já que o “Estado neutro” e “acima das classes” funcionaria como um filtro de seleção, em que as diferentes demandas sociais seriam aceitas ou negadas. Ao demonstrar a capacidade de atender as demandas sociais, o Estado tornar-se-ia, assim, um

“eficiente administrador”[8].

Dessa forma, a articulação entre as experiências de ação coletiva da sociedade civil, organizadas em movimentos urbanos, substitui a ação coletiva representada pela classe operária, sindicatos e partidos, agora representada pelos “novos movimentos sociais”, cujo processo de formação coletiva e de identidade se volta para a dimensão do cotidiano, especificamente no local de moradia. A classe social, portanto, “não aparece explicitamente como um fator de aglutinação dos movimentos em termos de sua expressão política” (1988, p.

300), mas pela manifestação que “se concretiza a partir da construção coletiva de uma noção de direitos que, relacionada diretamente à ampliação do espaço da cidadania, dá lugar ao reconhecimento público de suas carências” (1988, p. 309).

Essa noção de um espaço de luta pela cidadania, organizada pelas “classes populares” ou “classes subalternas”, apresenta-se como uma nova forma reivindicatória e organizativa da sociedade civil. Segundo

Nunes e Jacobi (1983), os movimentos sociais são o “querer” das “classes populares” e, ao mesmo tempo, viabilizam a produção das condições necessárias à continuidade do sistema capitalista. Para Jacobi e Nunes, se analisarmos o surgimento dos primeiros movimentos e suas experiências institucionais, tais como as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e os movimentos de bairros, percebe-se que esses movimentos se apresentavam com uma nítida composição policlassista e, a partir dessas experiências, poderíamos pensar nas alternativas para uma democracia representativa[9].

Em contrapartida, Silva e Ziccardi (1983), também referenciando a sociologia urbana de Castells, apontam que as lutas dos movimentos sociais, além de se caracterizarem como 255 lutas de classes, ligam-se também de forma estreita aos problemas urbanos, ou seja, ambas as esferas se fundem por contradições urbanas. Tais contradições assentam-se em: 1) a organização social do espaço; e 2) a produção, distribuição e gestão dos meios de consumos coletivos, transporte, saúde e educação. Para os autores, a reivindicação seria somente um indicador de necessidades sociais historicamente determinadas.

Dessa forma, se por um lado, as pesquisas sobre os movimentos sociais procuraram suprimir a teoria da luta de classes em Marx em lutas pela cidadania, por outro, procurava-se indicar as reivindicações históricas da classe trabalhadora, ampliando-se a luta de classes a partir das contradições existentes. Coraggio (1989) esclarece que a abordagem dada aos movimentos sociais na década de 1980, em relação a determinadas pesquisas, indicavam que as lutas dos movimentos sociais se assentavam a partir das relações entre Estado e governo como principais meios de mudanças sociais, ou seja, como lugar a partir do qual também se gestam as políticas que atingem estruturalmente a sociedade. Por essa lógica, as pesquisas se orientariam para os atores que participaram diretamente do processo de decisões estatais e, dessa maneira, as classes sociais e as identidades populares que, no primeiro momento, eram vistas como um pano de fundo para a atuação dos que constituíam a cidade, passam, no segundo momento, a se constituírem como os principais protagonistas.

De acordo com Gohn (1988), os estudos sobre os movimentos urbanos no Brasil foram elaborados a partir das análises europeia e estadunidense. As produções acadêmicas publicadas na década de 1980 apropriaram-se desses referenciais teóricos em que as realidades analisadas por autores europeus e estadunidenses diferenciavam-se da realidade histórica do Brasil, tornando-as assim inadequadas para apreender a especificidade do contexto tratado. No entanto, essas referências teóricas foram dominantes na produção da primeira metade da década de 1980 no Brasil. Ainda segundo a autora, as principais teorias compostas nessas análises são: “a teoria da ação coletiva”, “do individualismo metodológico” e as “teorias institucionais”, de inspiração norte-americana. Para Gohn, a luta desses “novos movimentos sociais” faz parte de lutas populares que se delinearão em termos de força social na relação com o Estado, proporcionando novos projetos, formando “novos sujeitos históricos” e que se constituíram, nesse sentido, na conjuntura da luta de classes.

Por isso, segundo Uclés (1989), deve-se evitar a denominação de “novos movimentos sociais”, pois muitos dos movimentos, como os da América Latina, sejam os mais antigos ou 256 mesmo os mais recentes, estavam associados às transformações sociais e, em larga escala, potencializavam a própria transformação estrutural. O que ocorre é que teorias europeias, como a de Touraine a respeito do “novo”, estabelecem uma diferença entre movimentos sociais e movimentos históricos; no caso deste último, há movimentos que surgem e lutam em torno das mudanças globais da sociedade em uma relação de conflito com as classes dirigentes. Em contrapartida, os “novos movimentos sociais” se organizam com o objetivo de lutarem contra a desestruturação e a segregação da “comunidade”, a enfrentar diretamente o Estado.

Entende-se que, para Touraine, ao contrário do século XIX, no qual a consciência e as lutas sociais expressavam as contradições de uma sociedade dilacerada pelos conflitos restritos às relações de produção, o socialismo se apresentava como projeto para a superação dessa opressão, seria no século XX que o campo da cultura proporcionaria a formação das principais contestações, em que os “novos” projetos são de uma sociedade que se responsabiliza por si mesma (SCHERER-WARREN, 1983). É nesta via que se apresenta a diferença entre os movimentos sociais clássicos e os “novos movimentos sociais”, pois as formas

de organização destes últimos são menos centralizadoras, como as de um partido de vanguarda, e invocam sempre a participação democrática. Desta forma, Touraine afirma que: “hoje como ontem os homens fazem sua história, mas agora sabem que a fazem” (apud SCHERER-WARREN, 1983, p. 56).

A categoria de “novos” e “tradicionais”, de acordo Uclés (1989), proporcionaria mais obscuridade do que clareza para as análises sobre os movimentos sociais. Qualquer movimento social de caráter estrutural deve ser observado em relação à existência e à vigência do projeto socialista em cada caso concreto, e o caráter de classe dos movimentos históricos remete sempre para as classes fundamentais de toda formação capitalista, ainda que a classe portadora do projeto de transformação socialista não se reduza ao proletariado industrial, hoje sujeito a profundas transformações. Uclés indica que, na maioria das lutas dos movimentos sociais na América Latina, seja movimentos tradicionais ou “novos” estão associados à democratização e/ou transformações sociais e que podem ser relacionados a processos estruturais de larga duração. Nesse sentido, compreende-se que as lutas dos movimentos tradicionais ou “novos” fazem parte da luta de classes – sejam elas estruturais (entre as classes antagônicas) sejam elas de cunho conjuntural (os que lutam contra a desestruturação e segregação da comunidade) – e que enfrentam diretamente o Estado. Assim, dever-se-ia diferenciar “os processos de constituição dos movimentos sociais de índole 257 estrutural e os movimentos sociais de índole conjuntural, pois obedecem ambos a dinâmicas diferentes ainda que vinculadas” (1989, p.79). Nessa perspectiva, destacam-se dois campos nas análises sobre os movimentos sociais e que se colocam em posições distintas: 1 – os que procuraram entender essa composição de caráter histórico (estrutural), a partir de uma análise de classe; e 2 – os que procuraram compreender movimentos (de caráter conjuntural) negando a própria existência das classes sociais[10]. O debate em torno da composição dos movimentos sociais como organizações classistas ou não classistas permeava os debates analíticos daquele momento. Assim, Uclés (1989, p. 77) afirmava que:

Defendemos que, sem querer reduzir a composição social dos movimentos sociais, especialmente os conjunturais de surgimento recente, a uma classe determinada (o que está de fora de toda lógica), ou querer obrigar sua posição política ou ideológica a uma determinada opção, termos como popular ou policlassista devem ser utilizados com precisão, e que esta análise deve ser feita inserindo-a na estrutura de classes de cada formação social apesar dos obstáculos implícitos (Grifo nosso).

Entende-se, portanto, que na década de 1980 ocorreu nas Ciências Sociais brasileiras um revisionismo em torno do conceito de classes sociais opondo-se, principalmente, ao modelo teórico do marxismo-leninismo. Dessa forma, compreende-se, também, o movimento de mudança teórica em relação às abordagens sobre as organizações e lutas dos trabalhadores, pois os trabalhos intelectuais, sobretudo relacionados ao CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), procuravam inovar suas pesquisas em torno das organizações populares – movimentos sociais – buscando dar ênfase à cultura e ao saber popular ao invés da abordagem clássica do marxismo ortodoxo da luta de classes e opondo-se, dessa forma,

“ao modelo de vanguarda iluminada (...)” (PERRUSO, 2008, p. 59).

Destarte, foi nesse período que os trabalhos sociológicos procuravam dar uma “nova” significação às lutas sociais e rompendo, concomitantemente, com a tradição sociológica baseada no modelo clássico de classes sociais. Se a tradição sociológica brasileira procurou caracterizar “o povo”, seja de forma negativa – sendo a diversidade um problema significativo – e de forma positiva a ideia de homogeneidade de classe, os revisionistas procuraram enfatizar a forma positiva da heterogeneidade das classes já que a homogeneidade, vista como positiva, partia de modelos eurocêntricos, especificamente do marxismo ortodoxo 258 (PERRUSO, 2008)[11].

Assim, o revisionismo sociológico buscou nos novos sujeitos, um novo significado das lutas sociais, num contexto marcado pela repressão aos grupos armados, intelectuais e trabalhadores em luta contra a Ditadura Militar. Com o protagonismo do movimento operário do ABC paulista no final da década de 1970 e o surgimento dos movimentos sociais na década subsequente, cujas lutas foram significativas naquele contexto, impulsionou-se a produção acadêmica não somente para a crítica à sociologia tradicional, mas à concepção de

classes e a luta de classes do marxismo ortodoxo do Partido Comunista. Dessa forma, foi com o protagonismo operário e com o surgimento dos “movimentos populares” que a produção teórica das Ciências Sociais romperia com a tradição anterior. De acordo com Paoli, Sader e Telles:

Apoiados nos novos movimentos sociais, toda uma produção teórica recente procura captar nas experiências dos dominados a inteligibilidade de suas práticas. O que para nós definiu uma ruptura com a produção anterior sobre a classe operária foi a noção de sujeito que emerge dessa nova produção, isto é, o estatuto conferido às práticas dos trabalhadores, como dotadas de sentido, peso político e significado histórico na dinâmica da sociedade (PAOLI; SADER; TELLES, 1984, p. 130) (Grifo nosso).

Em suma, a teoria dos novos movimentos sociais, em voga naquele contexto, indicava a insuficiência do modelo sociológico que partia do antagonismo de classe – burguesia e o proletariado – substituindo a luta de classes para a dimensão de cidadania. Por outro lado, categorias como experiência e formação presentes nas obras de E. P. Thompson foram difundidas nas Ciências Sociais brasileiras ampliando a noção de classe e a luta de classes para a dimensão cultural. O que se observou, portanto, foi que os intelectuais dos anos de 1980 procuravam se aproximar das lutas sociais e, concomitantemente, se afastar de modelos tradicionais do marxismo, seja para negá-los ou ampliá-los. Em vista disso, o caminho trilhado pelos cientistas sociais brasileiros não foi de abandonar as ideias de Marx, mas 259 reinterpretá-las para além do Partido Comunista e colocá-las em diálogo com outras correntes de pensamento. Trata-se, sobretudo, de uma renovação das Ciências Sociais no que se refere às pesquisas sobre as classes sociais.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Henrique (2012). “O fim das classes sociais na teoria social brasileira”. In: SILVA, Josué Pereira da (Orgs.). *Sociologia crítica no Brasil*. São Paulo: Annblume, pp. 273-298.
- _____. (2006). *Teoria social e reducionismo analítico: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho*. 1. ed. Caxias do Sul: Editora da Universidade Estadual de Caxias do Sul, 2006.
- ANTUNES, Ricardo (2008). *Adeus ao trabalho?: ensaios sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Editora Cortez.
- BECK, Ulrich (2011). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34.
- BELL, Daniel (1977). *O Advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix.
- BERTONCELO, Edison (2007). *A campanha das diretas e a democratização*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, FAPESP.
- BOURDIEU, Pierre (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.
- _____. (2003). *Questões de sociologia*. Lisboa: Edições, Sociedade Unipessoal, LDA. _____. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL.
- CITTADINO, Gisele (1988). “Movimentos sociais urbanos - crise política e democratização”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, SP, pp. 50-63.
- CORAGGIO, José Luis (1989). “Pesquisa urbana e projeto popular”. *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, SP, n. 26, pp. 22-39.
- EDER, Klaus (2002). *A nova política de classes*. Bauru, SP: EDUSC.
- ESTANQUE, Alísio (2012). *A classe média: ascensão e declínio*. Lisboa: FFMS.
- FREIRE, João (2001). *Sociologia do trabalho: uma introdução*. Porto: Ed. Afrontamentos.
- GOHN, Maria da Glória M. (1988). “Luta pela moradia popular em São Paulo: movimentos de moradia”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, SP, pp. 311-333.
- GORZ, André (1982). *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro, 260 Forense.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo; CASTRO, Nadya Araújo (1988). “Espaços regionais de construção de identidade: a classe trabalhadora no Brasil pós 77”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, SP, pp. 13-49.

_____. (1987). “Estrutura e formação de classes sociais na Bahia”. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, SP, n.18, pp. 57-69.

JACOBI, Pedro Roberto (1988). “Movimentos sociais e estado: efeitos políticos institucionais da ação coletiva”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, SP, pp. 290-310.

_____. (1989). “Atores sociais e Estado”. *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, SP, n. 26, pp. 10-21.

KOVÁCS, Ilona (2002). *As metamorfoses do emprego: ilusões e problemas da sociedade da informação*. Oreiras: Editora Celta.

KUMAR, Krishan (2006). *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LARA, Alcina Maria de; ARAÚJO, Sílvia Maria Pereira de (1987). “As greves e a questão social na Primeira República paranaense”. *Revista Novos Rumos*, São Paulo, SP, n.1, pp.109-125.

LOBO, Elisabeth Souza (1989). “Experiências de mulheres. Destinos e gênero”. *Tempo Social - Revista de Sociologia*, São Paulo, vol.1, n.1, pp.169-182.

MACIEL, Fabrício Barbosa (2014). *A nova sociedade mundial do trabalho: para além de centro e periferia?* Tese [Doutorado em Ciências Sociais]. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.

NUNES, Edison; JACOBI, Pedro R. (1983). “Movimentos populares urbanos, participação e democracia”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, SP, pp. 25-62.

OFFE, Claus (1995). *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense.

PAOLI, Maria Célia; SÁDER, Éder; TELLES, Vera da Silva (1984). “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, SP, n.6, pp.129-149.

PERRUSO, Marco Antonio (2008). *Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. Tese [Doutorado em Sociologia e Antropologia]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

POULANTZAS, Nicos (1975). *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

_____. (1973). *As classes sociais*. São Paulo: Estudos CEBRAP, N° 3.

QUEIROZ, Maria Cidália (2005). *Classes, identidades e transformações sociais: para ler as 261 evoluções da estrutura social portuguesa*. Porto: Editora Campo das Letras.

SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia (1986). “Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)”. In: CARDOSO, Ruth. (Org.). *A aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, pp.39-67.

SALLUM Jr, Brasília (2005). “Classe, cultura e ação coletiva”. *Lua Nova*. n. 65.

SANTANA, Marcos A. (2007). “Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 283-314.

SCHAFF, Adam (1990). *A sociedade informática*. São Paulo: Unesp/Brasiliense.

SCHERER-WARREN, Ilse (1983). “Touraine: os movimentos sociais”. *Cadernos de Ciências Sociais*, Florianópolis, SC, n.1, pp.50-56.

SILVA, Carlos Manuel (2009). *Classes sociais: condição objectiva, identidade e acção colectiva*. Ed. 1. Vila Nova de Famalicão: Húmus.

SILVA, Luiz Antonio M. da; ZICCARDI, Alicia (1983). “Notas para uma discussão sobre “movimentos sociais””. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, SP, n. 2, pp. 9-24.

SOUZA, Davisson C. de; TRÓPIA, Patrícia V. (2012). *Sindicatos no Brasil metalúrgico contemporâneo*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço.

SOUZA, Jessé (2012). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

THOMPSON, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra SA, Vol. I.

TOURAINÉ, Alain (1989). “Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos”. *Lua Nova*, n. 17, pp. 5-18.

UCLÉS, Mario Hugo (1989). “Movimentos urbanos e regionais na América Central na década de 80”. *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, SP, n. 26, pp. 74-83.

VITORINO, Artur José Renda (1998). “Notas sobre a teoria de classe de E. P. Thompson”. *Revista História Social*, Campinas, SP, pp.157-176.

WACQUANT, Loic (2013). “Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 96, pp. 87-103.

WRIGHT, Erik Olin (1979). “O que é neo e o que é marxista na análise neo-marxista das classes?” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 12, pp. 9-40.

_____. (1979). *Classe, crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

[1] Para Kumar (2006), Freire (2001) e Kovács (2002) entre as principais teses que desenvolveram concepções sobre a sociedade “pós-industrial”, destacam-se: Bell com a publicação da obra *O advento da sociedade pósindustrial*, de 1977, a de Peter Drucker *Uma Era da Descontinuidade*, de 1974, a de Alvin Toffler *O choque do futuro*, de 1973, e a de Yoneji Masuda *Sociedade de informação como sociedade pós-industrial*, de 1982.

[2] O grifo é do autor.

[3] Segundo Sallum Jr. (2005, p. 28), o *habitus*, é “um conjunto de disposições de conduta de cada classe em relação às outras, que resulta da incorporação por seus agentes das percepções que têm sobre sua posição relativa no conjunto das relações de classe”.

[4] Para Poulantzas (1975), as classes sociais são grupos de agentes sociais, homens definidos sobretudo, mas não exclusivamente, por sua posição no processo de produção, ou seja, na esfera econômica. Assim, as classes podem ser definidas com base nos seguintes critérios: econômico, político e ideológico.

[5] Wright (1979) promoveu uma análise crítica em relação às teses de Poulantzas e o fez em torno de três questões: a arbitrariedade de Poulantzas em relação ao que seria trabalho produtivo e improdutivo, a utilização de critérios políticos e ideológicos para definir a posição na estrutura de classes e a inadequação da concepção de propriedade econômica e de posse em relação à nova realidade do desenvolvimento capitalista (QUEIROZ, 2005).

[6] Para Wright (1979), há profissões em que os agentes exploram e ao mesmo tempo são explorados, como os chefes, gerentes, gestores e técnicos qualificados.

[7] A noção de experiência em Thompson é definida a partir dos processos de lutas, ou seja, quando os homens vivem sua própria história. A experiência (que é individual) e a experiência de classe (que é coletiva) estariam numa relação constante. Assim, para Thompson, não existe a separação da experiência individual e coletiva, pois a experiência sempre acontece em relação a algo, estabelecendo os meios e os intercâmbios entre os sujeitos históricos reais. Dessa forma, a experiência é como uma resposta mental e emocional seja de

um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. Essa resposta mental e emocional está ligada como experiência a um termo mediático e esse termo é a cultura e, é a partir dela que se desenvolve a consciência moral e afetiva, pois é através da cultura que se detém as normas e as convicções (VITORINO, 1998).

[8] Nessa perspectiva, Jacobi busca a referência teórica de Manuel Castells, particularmente a obra *The Grassroots and City*, publicada em 1983, a qual afirmaria que o movimento organizado na Espanha seria entendido como um resultado da lógica do próprio desenvolvimento urbano. Segundo Jacobi, a participação dos cidadãos espanhóis na transição do regime franquista, em que a ação política da sociedade civil organizada abriu a possibilidade de se pensar a transformação social via organização da sociedade civil. Nessa perspectiva, são os próprios movimentos sociais que se articulam e provocam impactos significativos nas lógicas de produção do espaço da cidade.

[9] Essa análise parte da obra de Manuel Castells, *Cidade, democracia e socialismo*, publicada em 1980 pela editora Paz e Terra e a obra de Norberto Bobbio, *O marxismo e o Estado*, publicada em 1979 pela editora Graal.

[10] Uma das críticas mais contundentes em relação à noção de “novo” foi de Nicos Poulantzas. Em sua última entrevista, o autor dizia que a contradição de Touraine está simplesmente em introduzir a oposição entre contradições de classe e movimentos sociais e desconsiderar que estão organicamente ligados às contradições de reprodução do capital (SILVA, 1983).

[11] Essa revisão crítica ao modelo teórico tradicional não ficou restrita apenas aos cientistas sociais da década de 1980. Nas décadas subsequentes, em resposta às teses europeias e estadunidenses, cientistas sociais abordavam sobre a centralidade do trabalho e, conseqüentemente, a produção crítica sobre o fim das classes, como a obra de Antunes (2008) e a de Amorim (2006). Além disso, com os debates sobre a emergência da “nova classe média” no Brasil, autores como Jessé de Souza enfrentaram os problemas que o conceito de classes sociais carregaria em si, seja o economicismo ou o modelo tradicional do marxismo ortodoxo. Souza (2010), dialogando com Max Weber, Pierre Bourdieu, Richard Senneth e Bernard Lahire, procurou ampliar a noção de classe a partir da noção de cultura, e sua composição a partir de aportes educacionais e ideológicos. De acordo com o autor, o “marxismo enrijecido não percebe também as novas realidades de classe porque as vinculam ao lugar econômico na produção e, engano mais importante e decisivo ainda, a uma “consciência de classe” que seria produto desse lugar econômico” (2010, p.22). Para Souza, tanto o economicismo liberal, quanto o marxismo tradicional reduzem as classes sociais no campo da economia. Dessa maneira, sua pesquisa de campo resultou na incorporação da noção de “Batalhadores”, ou seja, todos os ex-trabalhadores rurais, do comércio e da indústria que se tornaram pequenos empreendedores urbanos ou do campo, mas que, em geral, precarizados. Um balanço bibliográfico mais recente sobre a noção de classes foi realizado por Maciel (2014).